

## JOVENS INDÍGENAS DA ETNIA KANELA DO ARAGUAIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

*Young indigenous people from the Kanela do Araguaia ethnic University Federal de Goiás (UFG)*

Rafael Souza Celestino<sup>1</sup>    
Angelo Altair Oliveira<sup>2</sup>  

Recebido: 16-05-2022  
Aprovado: 31-05-2022

**Resumo:** No Brasil existe grande número de povos indígenas, apesar do processo de colonização ter exterminado várias etnias. A etnia Kanela do Araguaia apresenta características distintas de outras, devido ao seu contexto histórico de expulsão de suas terras e o seu deslocamento para outra região que não a sua tradicional. Diante disso, este artigo tem como objetivo estudar a inserção de jovens indígenas da etnia Kanela do Araguaia na Universidade Federal de Goiás (UFG), visando identificar as dificuldades enfrentadas por esses jovens no cenário acadêmico. Foram realizadas entrevistas com três acadêmicos indígenas da UFG dos Cursos de Enfermagem, Agronomia e Engenharia Elétrica. A pesquisa possibilitou dar voz aos acadêmicos indígenas que expressaram os seus anseios enquanto portadores do direito ao acesso a uma educação pública e de qualidade. Foi possível compreender por meio de relatos que os entrevistados consideram uma grande conquista ingressar em uma universidade pública, no entanto ainda é um grande desafio para os indígenas tanto o ingresso quanto a permanência em uma instituição de ensino superior, dado o contexto de preconceito com esses povos e a dificuldade de inserção no meio, principalmente em relação à língua.

**Palavras-chave:** Indígenas. Educação superior. Kanela do Araguaia.

**Abstract:** In Brazil there is a large number of indigenous peoples, despite the colonization process having exterminated several ethnic groups. The Kanela do Araguaia ethnic group has different characteristics from others, due to its historical context of expulsion from their lands and their displacement to another region than their traditional one. Therefore, this article aims to study the insertion of indigenous young people from the Kanela do Araguaia ethnic group at the Federal University of Goiás (UFG), in order to identify the difficulties

---

<sup>1</sup> Graduado em Gestão de Organizações Públicas pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologias. Especialista em Direitos Humanos pela Unemat. Email: souzacelestinorafael@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Unicentro – Universidade Estadual do Centro Oeste (2019), doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPGDC, da Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro, Campus Irati – PR, Brasil.e-mail: angeloaltairoliveira@gmail.com

faced by these young people in the academic scenario. Interviews were carried out with three indigenous academics from the UFG of the Nursing, Agronomy and Electrical Engineering Courses. The research made it possible to give voice to indigenous academics who expressed their aspirations as bearers of the right to access a public and quality education. It was possible to understand through reports that the interviewees consider it a great achievement to enter a public university, however, it is still a great challenge for indigenous people both to enter and to remain in a higher education institution, given the context of prejudice with these people, peoples and the difficulty of insertion in the environment, mainly in relation to the language.

**Keywords:** Indigenous people. College education. Kanela do Araguaia.

## 1 Introdução

A luta pela igualdade de direitos alcançou grandes proporções ao longo dos anos, permitindo a visibilidade de alguns grupos sociais marginalizados pela colonização. Esse processo contribuiu para a criação de políticas voltadas a atender demandas de alguns seguimentos da sociedade, inclusive os povos indígenas, principalmente no combate à desigualdade, a discriminação e o preconceito.

O Capítulo VIII da Constituição Federal de 1988, trata especificamente dos direitos dos povos indígenas, assegurando-lhes o respeito à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições. O texto constitucional, nos artigos 201, § 1º e 215, § 1º afirma que as manifestações culturais indígenas, o respeito as suas línguas e o seu processo de aprendizado devem ser protegidos pelo Estado brasileiro. Sendo assim, os povos indígenas têm garantidos na Carta Magna do Brasil seus direitos à terra, à educação, à saúde e aos direitos sociais.

O povo indígena da etnia Kanela do Araguaia se constituiu a partir de grupos indígenas que se deslocaram do Maranhão para o vale do Araguaia na década de 1940, fugindo de massacres realizados por fazendeiros que objetivavam obter o controle das terras que eles habitavam. Esses grupos migraram para o Estado de Goiás e posteriormente para o Estado de Mato Grosso, mais precisamente para as proximidades do Rio Araguaia, constituindo-se ali como etnia Kanela do Araguaia (NOVA CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA, 2009).

A etnia Kanela do Araguaia tem uma longa história de luta e resistência pela sobrevivência e pelo reconhecimento. Tendo travado batalhas contra seu genocídio, nas

últimas décadas luta pelo resgate de sua cultura e por ser reconhecida e respeitada como indígena pelo Estado Brasileiro, pela sociedade não indígena e por outras etnias indígenas.

O povo Kanela do Araguaia apresenta características distintas de outros povos indígenas da região, pois as circunstâncias históricas motivaram as mudanças culturais dessa etnia, suas crenças, suas características físicas, sua identidade. Para sobreviverem, os Kanela precisaram se misturar à população não indígena, adotando seus costumes e língua. Como descreve Oliveira (1998), os índios “misturados” são aqueles que para sobreviverem precisaram adotar costumes não indígenas. Por ter passado por esse processo, ao buscarem reconhecimento como indígenas, são pejorativamente chamados de “índios brancos” ou “índios misturados”, tendo dificuldade de serem aceitos como indígenas tanto por não indígenas quanto por indígenas da região onde vivem.

Um dos direitos constitucionais reivindicados pelo povo Kanela do Araguaia é o direito à educação pública. O presente artigo tem o objetivo de estudar a inserção dos jovens indígenas da etnia Kanela do Araguaia na Universidade Federal de Goiás (UFG), buscando compreender as dificuldades enfrentadas por esses jovens ao ingressarem na educação superior, bem como entender quais os impactos influenciam a identidade cultural desses indivíduos ao se distanciarem da sua realidade.

Para tal, os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento bibliográfico sobre a etnia Kanela do Araguaia, estudo de caso, por meio de entrevista a três estudantes indígenas da UFG, a partir de questionário semi-estruturado. As entrevistas foram realizadas via WhatsApp e e-mail, para evitar transmissão do vírus Covid-19, pois a pesquisa foi realizada em período de pandemia. Os nomes dos entrevistados foram preservados. Por fim, após o levantamento de dados, foi realizada a sistematização dos mesmos e discussões a partir de bibliografias relacionadas, a fim de compreender os desafios e possibilidades enfrentados pelos jovens indígenas da etnia Kanela do Araguaia ao ingressar em uma universidade.

Sendo assim, a presente pesquisa, realizada por um indígena Kanela, busca dar voz aos indígenas que passam pelo processo educacional acadêmico de nível superior, problematizando os diversos tabus encontrados em sua história, contidos até mesmo em livros escolares, servindo assim de instrumento de reivindicação dos direitos indígenas, na busca por colaborar para o debate da temática.

## 2 Identidade cultural indígena

O termo cultura foi empregado pela primeira vez por Edward Burnett Tylor em 1877, para se referir a produtos comportamentais, espirituais e materiais da vida social humana, ou seja, produtos não biológicos (MINTZ, 2010). Esse conceito complexo utilizado pelo autor foi trabalhado e discutido por inúmeros autores.

Santos (1996, p. 45) formula que a “cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana”. O autor considera que a cultura não está estabelecida por conceitos específicos como as leis naturais do meio ambiente, ao contrário, se constrói nos grupos sociais, conjuntamente, na história da humanidade.

Claval (2001) define cultura relacionando o conceito ao contexto de migração, em três dimensões. Para o autor, a adaptação cultural ativa do sujeito que está migrando ocorre pela sua inserção no processo evolutivo da sociedade na qual está situado. Trata-se de saber fazer o necessário para criar suas condições de vida e sobrevivência. A segunda dimensão é constituída pelas regras sociais como fator condicionante para a orientação do desempenho das manifestações culturais, o que inibe o migrante a continuar operando e agindo conforme os valores próprios de seu grupo ou adotar os novos valores do grupo em que se insere. Por fim, na terceira dimensão do conceito, o autor considera que as atitudes e os costumes da sociedade direcionam a formação de identidades culturais específicas de um determinado grupo social. O pertencimento e o auto reconhecimento do grupo migrante como um “nós”, frente aos “outros” é fundamental.

O lugar onde o ser humano é de suma importância para a manutenção de sua cultura, pois a cultura é “a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire do seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou” (HALL, 2004, p. 28). A cultura não é algo estanque, ela é construída passo a passo, “configurando-se num projeto de crenças, costumes, de vida que nunca pode ser dissociado de um projeto maior, o do grupo” (GUIOTI, 2001, p. 50).

A identidade cultural “se refere à identificação com, ou ao sentido de se pertencer a

um grupo específico, baseado em várias categorias culturais, inclusive nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e religião” (CHEN, 2017, p. 1). Ela é construída por meio da convivência e da herança cultural, das normas e dos costumes dos distintos grupos. É a partir dessas terminologias que, de certa forma, a história de um lugar, uma cidade, um país, um continente, são construídos.

Ao se falar da cultura e da identidade cultural indígena podemos observar que os povos indígenas e os povos africanos têm características comuns, pois os dois povos possuem um grande histórico de luta e resistência por sua sobrevivência e também tiveram suas culturas apropriadas por orientais e europeus, compartilhando elementos importantes da sua cultura com os não-indígenas, sobretudo em relação aos hábitos alimentares, como é o caso da culinária nortista que utiliza a maniçoba, tucupi, entre outros alimentos indígenas.

O processo de colonização do Brasil deveria ser contado a partir do ponto de vista dos indígenas que aqui existiam. Esse processo foi marcado por diversas violações de direitos sofridas pelos povos indígenas, como por exemplo, a imposição da cultura europeia como forma de “civilização”, extermínio de algumas etnias, privação do uso da terra, entre outras barbáries (LUCIANO, 2006). Foram impostos aos indígenas outra língua, vestimentas, alimentação, religião, outra forma de vida.

No processo civilizatório, muitos povos foram dizimados, mas um bom número deles resiste até hoje, mantém vivos seus costumes, crenças e línguas, influenciando a sociedade brasileira em geral, seja na culinária, na arte, na língua, no folclore e em diversos outros espaços (TERRAVISTA BRASIL, 2018).

### **3 Trajetória de luta da etnia Kanela do Araguaia**

Os grupos indígenas da etnia Kanela do Araguaia, conhecidos no Maranhão como Kanela Apaniekrá, saíram do Estado do Maranhão, na década de 1940, fugindo dos massacres causados pelos fazendeiros da região, e deslocaram-se para o Estado de Mato Grosso, passando a viver nas proximidades do Rio Araguaia. Por isso passaram a se reconhecerem como povo Kanela do Araguaia (NOVA CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA, 2009).

Darcy Ribeiro em seu célebre livro “Os índios e a civilização” retrata o massacre sofrido pelo povo Kanela no Maranhão. As terras aproveitáveis do Maranhão estavam sendo

controladas pelos criadores de gado, que se apropriavam injustamente das terras dos povos indígenas e seus remanescentes. Os povos Kanelas, que viviam no Maranhão, foram sendo despojados de suas terras, não encontravam mais caça nas matas que iam aos poucos sendo derrubadas para a criação de gado, passaram a caçar os bois que encontrava, para consumi-los como alimento, o que gerou conflitos com os fazendeiros e, conseqüentemente massacres dos indígenas (RIBEIRO, 1970).

Para sobreviver, os indígenas que conseguiram fugir, migraram para o Goiás e o Mato Grosso. Ao chegarem ao Estado de Mato Grosso, os Kanela se separaram, fugindo de fazendeiros que os perseguiram. Esse processo durou até a década de 1970. Os remanescentes Kanela, chegados ao território do Araguaia, foram privados do direito à terra e passaram a viver como “índios misturados” (OLIVEIRA, 1998), integrados a ribeirinhos, posseiros, retireiros e outros povos na região do Araguaia, inclusive alguns passaram a viver em meio urbano, nas pequenas cidades da região.

O povo Kanela do Araguaia tem empreendido grande luta pelo seu reconhecimento, com vários sofrimentos, e mesmo conseguindo, com muita luta, acesso a alguns direitos, sofrem com o preconceito e racismo da sociedade ao seu redor. Isso acontece porque a sociedade brasileira tem enraizado em sua cultura o racismo e o preconceito com os povos indígenas, desde a invasão das suas terras que aconteceu nos anos 1.500 (MILANEZ, et al., 2019).

De acordo com a Associação do povo indígena Kanela do Araguaia (2009) os Kanelas sobreviveram com muitas privações, alguns poucos indígenas conseguiram uma pequena parte de terra, outros passaram a viver nas periferias das cidades ou trabalhavam em propriedades alheias. Esse processo foi os distanciando de seus costumes ancestrais, o que acarretou em perda de identidade cultural.

Devido a perseguições, para segurança pessoal e da família, por várias décadas muitos Kanela deixaram de se identificar como indígena. No entanto, desde o ano 2000, vários indígenas Kanela passaram a fazer um processo de resgate de sua cultura e de busca por reconhecimento enquanto povo indígena. Para resgatar sua identidade, esse povo passou a reivindicar seus direitos constitucionais, principalmente o direito à terra.

Os Kanela do Araguaia reconhecem que o Brasil tem uma dívida com eles. Relatam que atualmente vários indígenas sobrevivem no meio urbano, sem moradia digna,

saneamento básico, entre outros direitos. Para viverem como povo indígena que são, necessitam da terra para plantar e colher, preservar a natureza, resgatar a cultura, reunir o povo.

Os meios de comunicação social trazem várias reportagens relatando a luta dos Kanela ao longo dos anos. Em 2015 os Kanela sofreram um despejo violento em Luciara-MT, na área da Aldeia Pukanu. Os indígenas foram deslocados para Canabrava do Norte, também localizada no estado de Mato Grosso. Esse fato foi noticiado por jornalistas do Instituto Sócio Ambiental. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Em 2016, o site Agência da Notícia de Mato Grosso publicou a notícia de uma invasão de grileiros na aldeia dos Kanela em Luciara-MT, já que os indígenas tinham conseguido na justiça a manutenção da posse da Aldeia de Porto Velho. Essa área tem sido ocupada pelos indígenas há mais de 50 anos.

Em 2018, o Ministério Público Federal (MPF) de Barra do Garças-MT garantiu temporariamente a posse da Gleba São Pedro, localizada no município de Luciara-MT aos indígenas Kanela do Araguaia. (PROCESSO N° 0002177-25.2017.4.01.3605 - 1ª VARA - BARRA DO GARÇAS). Desde então o processo tramita na justiça, com várias contestações e a terra em questão é alvo de constante grilagem e crimes ambientais cometidos por não indígenas.

#### **4 Os indígenas e a educação superior**

A educação é garantida como um direito de todos, conforme expresso na Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988, Art. 205).

A população indígena do Brasil é estimada em 817.963 indígenas, sendo que 502.783 vivem na zona rural e 315.180 na zona urbana (FUNAI, 2020). O acesso dessa população ao ensino superior ainda é baixíssimo. De acordo o Censo da Educação Superior, em 2015 o número de indígenas matriculados no nível superior de ensino, tanto em instituições públicas quanto em privadas, foi de 32.147 indígenas. Em 2016 esse número subiu para 49.026, o que

indica um crescimento de 52,5%. Em 2017 esse número alcançou os 56 mil indígenas. No entanto esse número representou apenas 0,68% do total de estudantes matriculados no ensino superior no Brasil em 2017 (BRASIL, 2018).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram alguns avanços na educação pública brasileira, permitindo inclusão e a permanência de crianças e jovens desde o ensino básico até o ensino superior. As políticas de educação indígena também avançaram com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9394/96). No entanto, de acordo com Urquiza (2014) o direito à educação ainda é negligenciado para os povos indígenas, principalmente no que se refere à educação superior.

Os povos indígenas passaram a ter garantido seu direito ao acesso à educação superior com as ações afirmativas da primeira década do novo milênio. As políticas de ações afirmativas “visam à implementação de políticas, sejam elas oriundas do Estado ou da sociedade em geral, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades a esses grupos discriminados” (NOVAK, 2007, p., 35).

A Lei de Cotas (lei 12.711/2012) que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelece que as instituições de ensino superior devem reservar 50% das suas vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e para pessoas com deficiência, e que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

Apesar da promulgação da Lei de Cotas, poucos indígenas conseguem ingressar no nível superior, pois ainda dependem de outras ações, como a própria informação nas aldeias de como ter acesso à educação superior, acompanhamento desses estudantes nas instituições de ensino e o conhecimento por parte dos educadores sobre a realidade desses alunos, de forma a adaptar as dinâmicas de aprendizagem às suas necessidades (URQUIZA, 2014).

O modelo de educação superior não foi pensando para atender a todos. A presença dos povos indígenas no ambiente acadêmico vem aliada a alguns desafios. A Universidade tem dificuldades de compreender que os povos indígenas são portadores de outra tradição cultural, com um contexto histórico diferente dos não indígenas. Faz-se necessário que a educação superior dialogue com os problemas vivenciados pelos povos indígenas, no que diz respeito principalmente à luta pelo território e o preconceito sofrido historicamente por esses povos, de forma que o espaço acadêmico se torne um local de diálogo e busca de



alternativas para essas questões. Ainda há um outro desafio no que diz respeito ao período pós acadêmico, ou seja, como evitar que essa passagem pela universidade não se torne frustrante e não permita que o indígena se afaste da sua realidade (URQUIZA, 2014).

Souza (2003), afirma que um aspecto importante a ser considera é que a discussão do acesso à educação superior pelos povos indígenas deve ser feita junto às lideranças das comunidades indígenas, de forma a rever o modelo proposto e ampliar a participação na universidade.

Um avanço importante na educação indígena se deu em 2005, com a criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), um programa que tem o objetivo de apoiar projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas para o exercício da docência nas escolas indígenas, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo em temas como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e culturas dos povos indígenas (MEC, 2005).

#### **4.1 A experiência dos jovens Kanela do Araguaia na Universidade Federal de Goiás (UFG)**

Foram entrevistados três acadêmicos indígenas da Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo duas entrevistadas do sexo feminino e um do sexo masculino. Esses alunos estudam nos cursos de Enfermagem, Agronomia e Engenharia Elétrica.

Ao se tratar da história de vida dos entrevistados, foi possível observar que ambos não tiveram a oportunidade de viver em uma aldeia durante a infância. O contato com outros indivíduos da sua etnia e a relação com uma aldeia só aconteceu na idade adulta. Apenas um dos entrevistados vivia no meio rural na sua infância e parte da juventude, até o momento em que teve que se deslocar para a cidade para ter acesso à educação escolar.

A presença de indígenas no meio urbano é bem marcante na atualidade. A partir dos anos 1960 a migração dos indígenas para as cidades se intensificou, principalmente na busca por emprego e pelo acesso à educação. Outra questão é que vários indígenas acreditam que

as cidades possam proporcionar o que as aldeias não têm, deixando bem evidente o fetichismo em relação as cidades (OLIVEIRA, 1968).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população indígena brasileira urbana no ano de 1991 somava 71.026. Em 2000 esse número subiu para 383.298 indígenas, o que correspondia mais da metade da população indígena total do país (734.127 indígenas). Já em 2010 houve uma redução, caindo para 315.180 indígenas que viviam nas cidades em todo o território nacional.

Diante disso, é necessário compreender o contexto de migração dos indígenas para as cidades. Estão entre as principais causas para a migração de indígenas para a cidade: “situações de conflito e pressões sobre suas terras e recursos, mas também a limitada oferta de oportunidades de estudo e trabalho, bem como de acesso a bens e serviços” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2018, p. 23).

A ausência de leis que amparam a população indígena nas cidades contribui com a manutenção desses povos na invisibilidade, tornando-se indivíduos com identidade homogênea com os não indígenas. Esse fato dificulta a integração dos indígenas nos centros urbanos, o que reforça os estereótipos de que são incapazes de viver nas cidades (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Um dos entrevistados relatou que migrou para uma cidade para ter acesso à educação superior. Esse fato não ocorre apenas com os jovens indígenas, mas trata-se de fenômeno frequente entre os jovens que buscam a escolarização em nível superior e destinos socioprofissionais (ZAGO, 2016).

O processo de reconhecimento identitário como indígena aconteceu de forma distinta entre os entrevistados. Apenas um dos indígenas declarou que desde criança já se reconhecia indígena, porém esse reconhecimento pela FUNAI aconteceu tardiamente, somente em 2007. As demais entrevistadas só entraram na luta dos povos indígenas por reconhecimento identitário a partir de 2012. Uma das entrevistadas relatou que ela mesma se questionava em ser indígena, pois tem cabelo cacheado e pele branca:

Meu pai sempre falava que a gente era indígena, que a gente é indígena, eu ainda ficava assim: ‘como assim, eu sou indígena do cabelo cacheado?’ Por que sempre criaram a imagem do indígena da pele morena e do cabelo liso. Eu ficava sempre me contradizendo com isso (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

A trajetória histórica de alguns povos indígenas, principalmente os da região Nordeste do país, apresentam algumas peculiaridades em relação a outros povos indígenas de outras regiões. Ao serem destituídos dos seus antigos territórios, esses povos indígenas não foram mais reconhecidos enquanto coletividade, mas enquanto remanescentes e/ou descendentes, ou ainda chamados de “índios misturados” (QUADROS, 2016).

Ao se tratar do ingresso no espaço acadêmico os entrevistados relataram que ingressaram através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Programa UFG Inlui. O UFG Inlui, criado pela Resolução CONSUNI nº 29/2008, é um programa que destina uma vaga extra em cada curso da UFG a indígenas e quilombolas, bem como, vaga extra para o Curso de Letras Libras para candidatos surdos oriundos de escola pública. A seleção é realizada a partir da pontuação obtida pelo candidato no Enem (UFG, 2018).

O incentivo à adoção de políticas de cotas nas universidades é uma das ações afirmativas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) instituída pelo Decreto nº 4.886 de 20 de novembro de 2003. A Lei nº 12.711/2012 sanciona que as instituições federais de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação devem reservar 50% das suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, que são preenchidas por pessoas com deficiência e candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

As ações afirmativas de cotas raciais buscam enfrentar o imenso desafio de mitigar a histórica discriminação racial causada pela escravidão, que afetou vários grupos, especialmente a população negra e indígena (CARVALHO, et. al, 2012).

Os entrevistados relataram que a principal dificuldade em ingressar em uma universidade se dá pelo fato de o Ensino Básico e Médio não preparar de fato o estudante para prestar o Enem e/ou vestibular, o que não é um problema apenas enfrentado pelos indígenas.

O direito a uma educação pública e de qualidade está prevista no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. O artigo 206 destaca os princípios que norteiam o ensino, dentre eles: a igualdade de acesso e permanência na escola; gratuidade do ensino; garantia do padrão de qualidade; garantia do direito a educação ao longo da vida, dentre outros. Porém, na prática, muitos estudantes que almejam se sair bem no Enem e/ou vestibular, buscam cursinhos pré-vestibular.

A escolha de entrar na UFG se deu pelo fato de a universidade já ser conhecida dos acadêmicos indígenas e também pela facilidade de inclusão possibilitada pelo programa UFG Inlui. “A universidade tem esse programa que aproxima muitas outras pessoas e abrange indígenas e quilombolas e outras culturas do Brasil” (C., entrevistado dia 27 de julho de 2020).

No que se refere a identificar-se como indígenas na universidade, os entrevistados relataram que apesar de não andarem caracterizados como indígenas, eles se identificam como oriundos do povo Kanela do Araguaia em todos os espaços. Uma das entrevistadas relatou que essa identificação indígena causou estranhamento aos outros estudantes no início, devido às suas características físicas, principalmente pelo cabelo cacheado. “No início, quando eu entrei, foi um pouco difícil, porque quando eu me apresentei enquanto indígena as pessoas me olhavam assim: ‘mas você não tem o cabelo liso, é tipo igual a mim’” (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

Além de se identificarem como indígenas, os acadêmicos entrevistados consideram importante estabelecer diálogo sobre o povo Kanela do Araguaia com os demais colegas da universidade, visando contextualiza-los sobre sua história, sua luta, que é distinta de outros povos indígenas. “Na faculdade não tenho vergonha, muito pelo contrário, eu apoio outros indígenas a não se esconderem” (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

Os entrevistados reconhecem que o preconceito está presente em todos os espaços da sociedade, inclusive eles relataram que antes de entrarem na universidade sofreram preconceito racial, principalmente por apresentarem a pele mais clara e cabelo cacheado, já que as pessoas têm uma visão do indígena de pele morena e do cabelo liso. “A forma do preconceito que as pessoas tinham comigo e ainda têm as vezes é por eu não ter características de um indígena nato” (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

O preconceito a gente tem hoje em todo lugar, principalmente os indígenas Kanela. Alguns de nós tem a pele clara, então esse preconceito racial é bem amplo no nosso dia até mesmo, devido as pessoas da sociedade brasileira conhecer o indígena por ter a pele morena e o cabelo liso (C., entrevistado dia 27 de julho de 2020).

A respeito disso, Oliveira (1998) trata do conceito de índios “misturados”, um termo que expressa uma série de atributos negativos aos indígenas que não apresentam atributos semelhantes aos indígenas tidos como “puros”. Esse termo era bastante utilizado para designar os indígenas da região Nordeste do Brasil que, de acordo com o autor, foi

naturalizado, escondendo o verdadeiro problema: “restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania” (OLIVEIRA, 1998, p. 53).

Ainda sobre o preconceito na universidade, um dos entrevistados relatou que

O preconceito dentro da Universidade surge de forma diferente, ele não se escancara através de ofensas diretas, mas quando a gente fala que entrou por cota começa a surgir sim o preconceito e o racismo dentro da universidade, começa o distanciamento por parte de algumas pessoas que não querem mais se sentar ou aproximar ou coisas assim do tipo (C., entrevistado dia 27 de julho de 2020).

Uma das entrevistadas relatou que a todo o momento ela precisa demonstrar que é capaz de resolver as atividades, assim como qualquer outro aluno, pois ela se sente excluída dos grupos de trabalho, principalmente no primeiro período do curso.

Peixoto (2017) destaca que o racismo contra os indígenas não é reconhecido socialmente, pois a violência sofrida pelos indígenas é muitas vezes chamada de preconceito e discriminação. Segundo o autor “o indígena é ainda associado à questão cultural e isso é resultado da construção da nacionalidade brasileira. Embora a palavra raça não seja explicitamente referida, ela é empiricamente presente no caso dos indígenas” (PEIXOTO, 2017, p. 28).

A propagação de boatos sobre os indígenas, que são disseminados por falta de conhecimento da cultura indígena, fragiliza a imagem desses povos e contribui com a disseminação do racismo. Alguns boatos são destacados por Boadana (2015) ao fazer uma análise do texto “As 10 mentiras mais contadas sobre os povos indígenas” da antropóloga Lilian Brandt, dentre eles: “quase não existe mais índio, daqui alguns anos não existirá mais nenhum”; “os índios estão perdendo sua cultura”; “estão inventando índios, agora todo mundo pode ser índio”; “os índios têm muitos privilégios”; “tem muita terra para pouco índio”; “os índios são preguiçosos e não gostam de trabalhar”; “nossa sociedade é mais avançada, não temos nada para aprender com os índios”; “os índios atrasam o desenvolvimento do país”.

Para os entrevistados lidarem com essa situação de preconceito não foi fácil. Sentir-se excluído por ser quem você realmente é, no caso indígena, é bastante constrangedor. Apesar de toda essa dificuldade em lidar com essa situação, os acadêmicos indígenas relataram que buscam seguir em frente, levantando a cabeça e encarando essa adversidade,

buscando contribuir com outros indígenas nessa caminhada, bem como trazer para o debate essa questão dos “indígenas misturados”.

A relação com os demais estudantes não é de harmonia unânime, ainda há atos de exclusão e preconceito, mesmo que de forma inconsciente, pelos não indígenas. Já com os demais indígenas estudantes da instituição a relação é harmoniosa. Uma das entrevistadas relatou que participa de encontros com os indígenas para discutir a questão do preconceito racial dentro da universidade.

Na minha faculdade de Enfermagem, que é conhecida como FEN/UFG, no ano passado e retrasado teve muita questão de preconceito racial com dois indígenas e quilombolas. Então, sempre me aproximei mais, a gente começou a fazer jantares/almoços coletivos entre a gente para conversar sobre (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

Ao se tratar das relações com profissionais da UFG, tais como os professores e o Reitor, os entrevistados apontaram que existe uma boa relação com esses profissionais, não sentindo diferença na forma de tratamento atualmente, ao serem comparados com os alunos não indígenas. Os entrevistados têm percebido também um interesse de alguns profissionais da instituição em colaborar com a integração dos estudantes indígenas no meio acadêmico, bem como na defesa das causas indígenas. “[...] São a favor das causas indígenas, alguns professores. Eu tenho uma professora de sociologia rural, ela fala muito sobre escravidão, sobre os indígenas, os quilombolas, os negros, ela fala muito sobre isso e realmente mostrou que apoia a nossa causa” (A., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

A respeito da questão “Na sua visão os conteúdos estudados levam em consideração os conteúdos indígenas?” Pudemos perceber, através dos relatos das entrevistas que, nos cursos dos entrevistados, não se tem referenciais voltados para as questões indígenas, os professores não assimilam os indígenas e nem quilombolas com os conteúdos, mesmo sabendo que existem estudantes indígenas na UFG.

Ao tratar do aspecto da relação entre indígenas e não indígenas na universidade, Urquiza (2014) relata que a presença de indígenas na educação superior começa a questionar a hegemonia do cientificismo, pois eles trazem “em sua bagagem, os saberes secularmente acumulados e utilizados por suas comunidades e ancestrais” (URQUIZA, 2014, p. 145). A presença de indígena no espaço acadêmico também gera uma tensão porque esse espaço, na maioria das vezes, não quer aceitar essa bagagem histórica dos povos indígenas, o que leva

ao desconhecimento dos seus anseios e, conseqüentemente a uma dificuldade de trabalhar com os acadêmicos indígenas.

Nessa relação, os indígenas sempre precisam reforçar a sua identidade étnica. Portanto, o que está em disputa mais do que o acesso e permanência na universidade é também a abertura de espaços de diálogo com seus saberes (URQUIZA, 2014).

Apesar da universidade contar com uma infraestrutura que auxilia os acadêmicos, como biblioteca, áreas de convivência e lazer, sala de informática, áreas de estudos, entre outras, algumas dificuldades para a permanência na universidade foram apresentadas pelos entrevistados: “isso vem do conhecimento ao qual recebemos no ensino médio de escola pública, que não nos capacitou adequadamente, deixando um monte de dúvidas e lacunas que hoje nos fazem ter mais dificuldade para acompanhar o desenvolvimento de nossa turma” (C., entrevistado dia 27 de julho de 2020). Essa dificuldade, no entanto, não atinge somente estudantes indígenas, ela diz respeito a problemas estruturais da educação pública brasileira.

Foi relatado a importância das cotas para o ingresso nas universidades públicas, bem como a bolsa permanência destinada a indígenas e quilombolas, além de outros auxílios estudantis. Sem essas políticas públicas certamente a maioria dos estudantes indígenas não estariam na Universidade.

Porém, apesar desse apoio que contribui com a permanência dos jovens indígenas no ensino superior, ainda existe dificuldades que vão além da questão financeira. Muitos dos indígenas que entram na UFG têm grande dificuldade com a língua, o português, pois são falantes da língua de seu povo indígena. Uma das entrevistadas relatou a desistência de uma jovem indígena Xavante por não compreender bem o português.

O indígena precisa, muitos deles precisam do português porque não sabem o português direito. Na faculdade já tentei discutir com professor, a gente está pensando em montar um dicionário na língua Xavante, porque a gente perdeu uma estudante Xavante por não saber o português, os termos técnicos da enfermagem, porque a enfermagem tem muitos termos técnicos, então estava conversando com a professora para desenvolvermos esse projeto com o próximo Xavante que entrar (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

Além dessas dificuldades, também foi relatado que a distância da residência até o campus e a distância da família tem dificultado o aprendizado dos acadêmicos.

Estudo realizado por Dias et. al (2019) apontou que as principais dificuldades para que os jovens permaneçam em uma universidade diz respeito as dificuldades interpessoais

no ambiente acadêmico, ou seja, problemas de relacionamento com outros alunos e professores; diferença entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, principalmente no que diz respeito às questões burocráticas e ao nível de exigência do aprendizado; dificuldades econômicas; dificuldade de gestão do tempo; dificuldades cognitivas; ausência de algumas estruturas na universidade; distanciamento dos familiares; e dificuldade no deslocamento.

Para os jovens indígenas, a situação também é bastante complexa, porque além das dificuldades já apresentadas, há um choque linguístico- cultural quando o indígena ingressa na universidade, compreendendo que ele teve o ensino básico dentro da sua comunidade com o contato da língua materna (SILVA e PAULINO, 2018).

Os entrevistados reconhecem a educação enquanto um direito de todos, bem como reconhecem também que esse direito deixa muito a desejar devido ao baixo investimento na educação pública. Reconhecem também como uma grande conquista o ingresso na universidade pelos indígenas.

Eu acho que é uma conquista muito grande estar na universidade cursando um curso, indígena ou quilombola, porque você está garantido um direito que já é seu e está lutando mais para que outros indígenas, outros povos camponeses, que seja, para que possam estar entrando nas universidades porque o direito de estudo, da educação é direito de todos, isso é garantido por lei [...] (P., entrevistada dia 27 de julho de 2020).

Ao tratar desse assunto os entrevistados reconhecem que uma grande parte dos estudantes das universidades públicas são estudantes oriundos de escolas particulares. Dados do IBGE (2018) confirmam que apenas 36% dos alunos que concluíram o Ensino Médio na rede pública ingressam no nível superior. Já para os alunos que concluíram o Ensino Médio na rede privada esse número é de 79,2%.

Por fim, os estudantes entrevistados fizeram um apelo “para que olhassem mais um pouco pela educação originárias dos povos indígenas de todo o Brasil, que viessem a dar mais atenção, mais material didático, preparação dos professores em termo em geral” (C., entrevistado dia 27 de julho de 2020). Sendo assim, voltar esse olhar para a população indígena contribuiria com a preparação dos seus jovens para a vida acadêmica. Os jovens indígenas entrevistados também questionaram que as comunidades indígenas necessitam de tecnologia para terem acesso às informações que possibilitam compreender o mundo e prepara-los para esse mundo quando se deslocarem para outros espaços.



## 5 Considerações finais

Hoje, apesar de muita luta de vários grupos marginalizados, há poucos espaços que dialogam francamente com as questões étnico-raciais na atualidade. A educação, por exemplo, ao mesmo tempo em que educa para formar cidadãos antirracistas, na prática torna-se reprodutora das relações raciais desiguais.

A luta pela igualdade de direito tem ganhado grandes proporções ao longo dos anos, permitindo a visibilidade de alguns grupos sociais. Esse processo contribuiu com a criação de políticas voltadas para atender as demandas de alguns segmentos da sociedade, principalmente no combate à desigualdade. Uma dessas conquistas foi as políticas afirmativas para negros e indígenas, como por exemplo as cotas raciais.

Há um ataque às políticas de cotas raciais. Há quem diga que elas reforçam a desigualdade e o racismo, outros que elas privilegiam os negros e indígenas. Portanto, a partir dessas cotas mais negros e indígenas estão ingressando em espaços que antes eram dominados por brancos, como por exemplo, as universidades. Garantir o acesso do negro e do indígena na universidade não é privilégio, mas sim maneira de colocá-los em igualdade ao branco no acesso ao nível superior.

Diante das entrevistas é possível compreender que existe um racismo explícito, principalmente devido às características da etnia Kanela do Araguaia, mas também é possível compreender o racismo oculto nos diversos espaços, aquele que se expressa pela exclusão dos indivíduos indígenas.

É possível concluir também que várias dificuldades para ingresso e permanência de indígenas na universidade se dão porque o ensino superior tem exigências muito diferentes ou que não levam em consideração habilidades e formação desenvolvidas nas escolas indígenas de formação básica e média. Outra dificuldade bastante relevante para vários indígenas é o desafio da língua portuguesa. Além disso, faz-se necessário construir espaços de debates dentro das universidades que tratem da questão indígena, porque não basta somente o indígena ingressar no nível superior, mas também que se construa condições para que ele permaneça, tanto financeira, quando social e cultural.

## 6 Referências

BOADANA, Aline de Souza. O discurso anti-indígena: disseminação do preconceito através dos boatos. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 6, n. 11, p. 76-95, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2017**: notas estatísticas. Disponível em <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CARVALHO, Ana Paula Cajaseiras. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CHEN, Vivian Hsueh-Hua. **Identidade Cultural**. Key Concepts in Intercultural Dialogue: n. 22, 2017.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DIAS, Ana Cristina Garcia.; CARLOTTO, Rodrigo Carvalho.; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Dificuldades percebidas na transição para a universidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 20, n. 1, p. 19-30, 2019.

GUIOTI, Ednilson Aparecido. Identidade. In: FAZENDA, I. **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas**. Disponível em <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Quem são?** Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao#:~:text=A%20atual%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20brasileira,habitam%20as%20zonas%20urbanas%20brasileiras>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MILANEZ, Felipe; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotó Maior; RAMOS, Elisa Urbano; JESUS, Genilson dos Santos de. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. Rio de Janeiro: **Rev. Direito e Práxis**, v. 10 n. 3, p. 2161-2181, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital de convocação nº 5, de 29 de junho de 2005**. Disponível em <<https://ensinosuperiorindigena.files.wordpress.com/2012/01/edital-prolind-2005.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Trad. James Emanuel de Albuquerque. Tempo, Niterói: **Eduff**, v. 14, n. 28, p. 223-237, 2010.

NOVA CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA. **Povo indígena Kanela do Araguaia**. Série povos e comunidades tradicionais do Brasil central. Manaus: 2009.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Rio de Janeiro: **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. Racismo Contra Indígenas: reconhecer é combater. **Revista Antropológicas**, ano 21, v. 28, n. 2, p. 27-56, 2017.

QUADROS, Jéssica Silva de. **“Nem cabelo liso você tem”**: uma análise sobre os estereótipos em relação ao povo tupinambá da aldeia Serra do Padeiro. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Gestão de pessoas). Itabuna, FTC, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVA, Gabriela Kássia Barbosa; PAULINO, Suzana Ferreira. **Desafios de acesso e permanência dos povos indígenas no ensino superior**. Recife: Anais do 16º Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, 2018.

SOUZA, Hellen Cristina. **Educação Superior para indígenas no Brasil**. Tangará da Serra: UNEMAT, 2003.

TERRAVISTA BRASIL. **A influência da cultura indígena na sociedade brasileira**. 2018. Disponível em <<https://terravistabrasil.com.br/a-influencia-da-cultura-indigena-na-sociedade-brasileira/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS. **Resolução CONSUNI nº 29/2008** - Cria o Programa “UFGInclui” na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Goiânia: UFG, 2008.

URQUIZA, Antonio Aguilera. Direitos humanos e educação intercultural: as fronteiras da exclusão e as minorias sub-representadas – os indígenas no ensino superior. Campo Grande: **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 37, p. 141-154, 2014.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016.